

# As condecorações portuguesas às tropas da Força Expedicionária Brasileira<sup>1</sup>

Humberto Nuno de Oliveira<sup>a</sup>

**Resumo:** O presente artigo visa oferecer a imagem completa do panorama das condecorações portuguesas concedidas à Força Expedicionária Brasileira (FEB), seus militares e Ministro da Guerra do Brasil. Tais condecorações aos militares que aportaram a Lisboa, vindos de Itália, ocorreram em dois momentos distintos. Porque algumas delas não se fizeram sem alguns aspectos curiosos que se entendeu serem interessantes dar a conhecer, transcreve-se documentação inédita do Arquivo Histórico-Militar de Lisboa.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira, Medalha do Valor Militar, Ordem Militar da Torre e Espada, Ordem Militar de Cristo, Ordem Militar de Avis.

O impacto da presença da Força Expedicionária Brasileira em Lisboa, chegada a bordo do *Duque de Caxias*, no final do segundo conflito mundial, foi, de modo detalhado e cuidadoso, registado numa interessante publicação editada em Portugal por ocasião do 70º aniversário desse relevante acontecimento, pelo coronel Cláudio Tavares Casali e também recentemente revisitado em artigo na revista deste prestigiado Instituto

por João Natal, que, todavia, analisa, sobretudo, os aspectos militares do Depósito de Pessoal.

Se a publicação editada em Portugal dedica rúbrica específica, da autoria do confrade Rui Santos Vargas<sup>2</sup>, “As Condecorações Portuguesas da FEB”, com base na legislação então publicada, o artigo publicado na revista do IGHMB limita-se a referir, sobre a questão das condecorações, “A maior autoridade militar brasileira era o coro-

---

<sup>a</sup> Historiador, doutor em História. Presidente da Academia Falerística de Portugal.



nel Mário Travassos, comandante do Depósito de Pessoal e do 3º. Escalão de retorno. Este oficial recebeu, em nome da FEB, a Medalha do Valor Militar, elevada condecoração militar da República Portuguesa, a qual foi afixada à Bandeira do Brasil pelo Presidente de Portugal, general Oscar Carmo-  
na”<sup>3</sup>.

Assim, embora o artigo de Santos Vargas reflita de modo detalhado as outorgas ocorridas por ocasião do desfile de 3 de setembro de 1945, não revela alguns interessantes aspectos agora recuperados nos fundos do Arquivo Histórico-Militar de Lisboa (AHM) sobre as mesmas e, igualmente não aborda (por não ser esse o âmbito da publicação) um segundo importante momento de outorgas ocorrido a militares da FEB, que igualmente passaram em Lisboa, no mês seguinte, em 11 de outubro de 1945, numa comitiva liderada pelo general de divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes, oficial que, desde novembro de 1944, até à rendição das forças do Eixo na

Itália, em 2 de maio de 1945, comandara as forças brasileiras.

Julga-se, assim, oportuno, pelo presente artigo publicar no Brasil, pátria dos militares que se cobriram de glória em terras italianas, a totalidade do que se conhece até ao momento sobre o assunto das condecorações à FEB e seus militares em solo lusitano, com os dados resultantes da pesquisa efectuada.

Fig. 1 – Laço da Medalha do Valor Militar, grau Ouro, análoga à colocada na Bandeira da FEB.



Fonte: Acervo do autor.



O primeiro momento de condecoração no dia 3 de setembro e, seguramente o de maior valor simbólico, consistiu na condecoração em parada solene das forças portuguesas e brasileiras, na Praça do Marquês de Pombal, em Lisboa, pelas 10 horas da manhã, da bandeira do Batalhão de Infantaria do Depósito de Pessoal da Força Expedicionária Brasileira com a Medalha do Valor Militar (grau Ouro).

O Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra<sup>4</sup>, tenente-coronel Faro Vianna leu o decreto de atribuição:

Querendo significar ao exército e á nação brasileira o publico testemunho do alto apreço do Govêrno e do povo português pelos actos de excepcional bravura praticados pelas forças do Corpo Expedicionário Brasileiro no teatro de guerra da Itália, em que as armas do Brasil se cobriram de glória; e sendo particularmente grato ao exército português poder verificar que na bandeira do exército brasileiro se ostenta o mesmo galardão comemorativo de brilhantes feitos de armas em campanha com que são recompensadas as suas

próprias glórias; usando da faculdade conferida pela 2ª parte do n° 2º do artigo 109,º da Constituição o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º - É concedida á bandeira do Batalhão de Infantaria do Depósito de Pessoal das tropas expedicionárias brasileiras na Europa, presentemente de passagem na capital portuguesa, a medalha de ouro de valor militar.

Artigo 2.º - Aos militares pertencentes ao batalhão, no momento da condecoração solene da sua bandeira com a distinção referida no artigo anterior, é conferido o direito de usar o distintivo especial representativo da medalha de valor militar, conforme o modelo regulamentar em vigor.<sup>5</sup>

A insígnia foi solenemente imposta, na Bandeira da FEB, pelo Presidente da República general António Óscar Fragoso Carmona<sup>6</sup> que, vestindo o uniforme militar, ostentava apenas a placa de Grã Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada e, por cortesia e deferência, o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, que fora instituído em 17 de Julho de 1939, e



com o qual ele fora o primeiro condecorado em maio de 1940. Seguidamente, “e porque todos os oficiais e praças ali presentes, as podem usar – as insígnias azul, branco e ouro foram então impostas ao porta-bandeira, Lopes Cardoso<sup>7</sup>, ao segundo comandante Oscar de Sousa, e a dois soldados, em testemunho simbólico”.<sup>8</sup>

Parece-nos haver um lapso do jornalista, quanto ao apelido do segundo comandante das Forças brasileiras em parada, “Sousa”. Na realidade, embora não tenhamos logrado apurar quem foi o capitão que assumiu essa responsabilidade, apenas dois Oscar foram condecorados naquela tarde, de nomes “Paranhos” e “Savoia”, terá, garantidamente sido um deles aquele a quem o Presidente da República impôs a *fourragère* do Valor Militar.

Ofício de 17 de dezembro de 1945 do chefe do Gabinete do Ministro da Guerra para o nosso Embaixador no Rio de Janeiro<sup>9</sup>, refere

permiti-me mandar incluir na bagagem de V.Ex<sup>a</sup> um caixote contendo 1.000 *fourragères* da Medalha de Valor Militar. Destinam-se a ser entregues pela forma que V.Ex<sup>a</sup> entenda por mais conveniente – aos elementos que constituíram o Batalhão da Força Expedicionária Brasileira que em 3 de Setembro do corrente ano desfilou em Lisboa.<sup>10</sup>

Fig. 2 – *Fourragère* da Medalha do Valor Militar usada como distintivo individual.



Fonte: Acervo do autor.

Após a cerimónia militar pela manhã, o Presidente da República ofereceu um almoço à oficialidade brasileira, no Palácio de Belém, em Lisboa, após o qual se procedeu à condecoração individual de alguns oficiais.



Importa lembrar que tais concessões o foram no âmbito do Decreto nº 14.172, de 29 de Agosto de 1927 que alterara a legislação das Ordens Honoríficas Portuguesas, após as transformações decorrentes das circunstâncias políticas (a Revolução do 28 de maio de 1926) e da própria estrutura das Ordens (a regulamentação da Ordem Civil de Mérito Agrícola e Industrial, em novembro de 1926 e a criação da Ordem de Instrução e Benemerência, em abril de 1927). Assim, de acordo com a Lei em vigor a ordem de precedência entre as Ordens, referidas no presente artigo, era a seguinte:

1ª - Ordem Militar da Torre e Espada;

2ª - Ordem Militar de Cristo;

3ª - Ordem Militar de Avis.

Como já referido no artigo de Santos Vargas, foram os seguintes os militares da FEB condecorados pelo Presidente da República Portuguesa, na tarde do dia 3 de Setembro de 1945, no Palácio de Belém<sup>11</sup>:

#### Ordem Militar da Torre e Espada - Comendador

- Coronel Mário Travassos, o comandante do Depósito de Pessoal;

#### Ordem Militar de Cristo, com Palma<sup>12</sup> - Comendador

- Capitão de fragata Raul Reis Gonçalves de Sousa, o comandante do navio *Duque de Caxias*;

- Major Joaquim Inocêncio de Oliveira Paredes, o comandante das Forças Brasileiras em Parada.

#### Ordem Militar de Avis

##### Grau de Comendador

- Capitão de corveta Alvaro Pereira do Cabo;

- Capitão de corveta Carlos Chagas Diniz;

- Capitão de corveta João Arthenio Marques;

- Capitão de corveta Jayme Espo-  
ssel;

- Tenente-coronel Archimínio  
Pereira;

- Tenente-coronel Intendente Isaac  
Ferreira;

- Tenente-coronel Médico Gilberto  
José Fontes Peixoto;



- Major Manuel Campos de Assunção;
- Major Lelio Rebêlos Miranda;
- Major Arnaldo Augusto da Mata.

#### Grau de Oficial

- Capitão-tenente Edmilson Fontenelle;
- Capitão Bolivar Oscar Mascarenhas;
- Capitão Clovis Galvão Silveira;
- Capitão Mário Martins de Freitas;
- Capitão Oscar Torres Paranhos;
- Capitão Oscar Viriato Tomé Savoia;
- Capitão Paulo Moretzan Brand;
- Capitão Valeriano Dias.

#### Grau de Cavaleiro

- 1º Tenente de Marinha Hamilton Barros;
- 1º Tenente Dário Gomes de Araújo;
- 1º Tenente Ithamar de Ipyranga Barbuda;
- 2º Tenente Carlos Lopes Cardoso.

Na ocasião foi ainda solicitado ao coronel Mário Travassos que fosse portador da insígnia de Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis<sup>13</sup>,

destinada ao general Pedro Aurélio de Goes Monteiro, Ministro da Guerra do Brasil, que retornara ao cargo em 9 de agosto de 1945, nos últimos tempos do Presidente Getúlio Vargas no poder<sup>14</sup>.

Acontece que o general Goes Monteiro, devido ao prestígio alcançado no comando das tropas federais que debelaram a Revolução Constitucionalista de 1932<sup>15</sup> contra as forças paulistas, fora nomeado Ministro da Guerra do governo Getúlio Vargas (entre 18 de janeiro de 1934 e 7 de maio de 1935) e já havia sido condecorado por Portugal em 1935 com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis (28 de março), no período da sua primeira passagem pelo Ministério da Guerra.

Ora este lapso só foi detectado já as suas insígnias navegavam a bordo do *Duque de Caxias*, determinando uma verdadeira catadupa de informações entre o Ministério da Guerra, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria Geral das Ordens, tendente à “substituição” da condecoração pela Grã Cruz da Ordem Militar de



Cristo que formalmente será efetuada a 8 de setembro de 1945<sup>16</sup>.

Atente-se, pelo interesse da informação, no ofício de 10 de setembro de 1945 do chefe de Gabinete do Ministro da Guerra para o Secretário Geral no Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Para cumprimento de ordens de Sua Ex<sup>a</sup> o Ministro da Guerra e para reparar um lapso recentemente sucedido tenho a honra de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte:

- a) Que o diploma e respectivas insígnias respeitantes à concessão da Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo ao Ministro da Guerra do Brasil, General Gois Monteiro, que acompanham este ofício, sejam remetidas pelo primeiro correio aéreo com destino ao nosso Embaixador no Rio de Janeiro afim de por ele serem entregues ao agraciado.
- b) Que seja expedido um telegrama cifrado para aquele nosso Embaixador informando da remessa e solicitando o obséquio de um funcionário da Embaixada ir, à chegada ao Rio de Janeiro do transporte de guerra “DUQUE DE CAXIAS” que deve verificar-se cerca de 18 do corrente, pedia ao Coronel Mario Travassos, comandante das

fôrças brasileiras transportadas, a entrega do diploma e insígnias da Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis, por lapso, foram entregues em Lisboa (o General Gois Monteiro já possuía aquela Grã-Cruz).

Devido à urgência e porque se trata de remediar um lapso que deveria não ter tido lugar tenho ainda a honra de solicitar a melhor atenção de V.Ex<sup>a</sup> para o assunto.<sup>17</sup>

Um mês após o glorioso desfile das tropas brasileiras em Lisboa, ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério da Guerra, de 9 de outubro, informa que

deve chegar a Lisboa na próxima 5<sup>a</sup>. feira [dia 11] um avião especial conduzindo o general de divisão Senhor Mascarenhas de Moraes que foi o comandante do Corpo Expedicionário brasileiro à Europa”, indicando ainda o nome dos que o acompanham e esclarecendo que “são hóspedes do Governo durante a sua estada em Portugal<sup>18</sup>.

Em resposta, no dia seguinte o Chefe de Gabinete do Ministro da



Guerra, Coronel Faro Viana, oficia  
ao Secretário Geral das Ordens,

No seguimento da conversa telefónica de hoje, tenho a honra de enviar a V.Ex<sup>a</sup> as propostas para condecoração de oficiais do exército brasileiro baixo designados com os graus da Ordem Militar de Avis a seguir discriminados:

#### GRÃ-CRUZ

General de Divisão – Mascarenhas de Morais

#### GRANDE OFICIAL

General de Brigada – Zenobio da Costa  
Brigadeiro do Ar – [Antonio] Appel Netto  
Coronel – Paulo de Figueiredo  
Coronel – [Alvaro] Prati de Aguiar X  
Coronel – [Fernando Saboia] Bandeira de Mello  
Coronel – [Nestor] Pena Brasil  
Coronel - Humberto [de Alencar] Castelo Branco (Presidente da República)

#### COMENDADOR

Tenente coronel – [João] A[dil] de Oliveira

#### OFICIAL

Capitão - Rubens [Alves] de Vasconcellos

Capitão - José Maria Roma Gueira [Romagueira]

Capitão - Humberto [Luz] de Aguiar [Umberto]

Chegando estes oficiais amanhã a Lisboa onde se demorarão apenas 36 horas, solicito de V.Ex<sup>a</sup> o especial obséquio de os respectivos decretos e diplomas serem enviados a este Ministério, amanhã 11, pelas 13 horas, afim de serem remetidos a Sua Ex<sup>a</sup> o Ministro da Guerra para o referend<sup>o</sup><sup>19</sup>.

A condecoração, publicada em Diário de Governo, no dia seguinte<sup>20</sup>, foi, todavia, alterada pelo Ministro da Guerra, pois de acordo com a orgânica da Ordem Militar de Avis, não era possível condecorar um general, o general de brigada, comandante da 1<sup>a</sup> Divisão de Infantaria da FEB, Euclides Zenóbio da Costa, com o grau de Grande Oficial, sendo promovido ao grau de Grã-Cruz da Ordem Militar de Avis.





Tab. 1 - Resumo das condecorações individuais

	Grã-Cruz	Grande Oficial	Comendador	Oficial	Cavaleiro	Total
Ordem Militar da Torre e Espada	-	-	<u>1</u>	-	-	<u>1</u>
Ordem Militar de Cristo	2 <sup>(1)</sup>	-	2 <sup>(2)</sup>	-	-	<u>4</u>
Ordem Militar de Avis	<u>1</u>	<u>6</u>	11	11	<u>4</u>	33
Total	<u>3</u>	<u>6</u>	14	11	<u>4</u>	38

- (1) Uma com Palma  
(2) Ambas com Palma

Fonte: elaborada pelo autor

Nesta conformidade, e porque importava, atribuir uma condecoração de superior importância ao general de divisão comandante da FEB, João Baptista Mascarenhas de Moraes, foi o mesmo condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, com Palma<sup>21</sup>.

As restantes mantiveram-se conforme a prévia solicitação do Ministro da Guerra, Fernando Santos Costa.

Para além da importante medalha de Valor Militar imposta na bandeira da FEB, e a concessão de um elevadíssimo número de *fourragères* da mesma medalha, Portugal concedeu trinta e oito Ordens nacionais aos bravos militares portugueses que se distinguiram nos campos de batalha, em Itália.

Tratou-se de uma muito relevante homenagem da nação portuguesa ao esforço dos militares do país irmão e que se regista neste trabalho para memória futura.

## FONTES

Arquivo Histórico-Militar – FO/006/L/14 (751 a 763)

Fundos Orgânicos / 006 (Repartição de Gabinete do Ministro da Guerra / Exército) /L (Secção de Expediente e Arquivo) / 14 (Condecorações e Louvores) / Caixas 755 (16) e 762 (39)

## BIBLIOGRAFIA

CASALI, Cláudio Tavares (Coord.). *Força Expedicionária Brasi-*



leira em Lisboa. Lisboa: Aditância do Exército e da Aeronáutica da Embaixada do Brasil em Lisboa, 2015.

NATAL, João Rafael Mallorca. O Depósito de Pessoal da FEB: do dulce far niente à apoteose em Lisboa, *Revista do IGHMB*, ano 79, n. 107, pp. 118-129, 2020.

VARGAS, Rui Santos, As Condecorações Portuguesas da FEB. In CASALI, Cláudio Tavares (Coord.). *Força Expedicionária Brasileira em Lisboa*. Lisboa: Aditância do Exército e da Aeronáutica da Embaixada do Brasil em Lisboa, pp. 10-14, 2015.

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado em Português europeu, conforme nacionalidade do autor.

<sup>2</sup> O engenheiro Rui Santos Vargas é Académico Fundador da Academia Falerística de Portugal, Delegado em Portugal da Academia de História Militar Terrestre do Brasil-RJ e Correspondente Internacional do IGHMB.

<sup>3</sup> João Rafael Mallorca Natal, O Depósito de Pessoal da FEB: do «dulce far niente» à apoteose em Lisboa, *Revista do IGHMB*, ano 79, n.º 107, 2020, pp. 127-128.

<sup>4</sup> Era Ministro da Guerra, o então tenente-coronel Fernando dos Santos Costa (de 6 de setembro de 1944 a 26 de agosto de 1950 e de novo entre 12 de abril de 1954 e 14 de agosto de 1958).

<sup>5</sup> Decreto-lei n.º 34881, *Diário do Governo*, n.º 196, 1ª Série – Suplemento, 3 de setembro de 1945.

<sup>6</sup> Foi o 11.º Presidente da República Portuguesa, entre 29 de novembro de 1926 e a sua morte em 18 de abril de 1951. Recebeu o bastão de Marechal em maio de 1947.

<sup>7</sup> 2.º Tenente Carlos Lopes Cardoso, também condecorado como Cavaleiro da Ordem Militar de Avis.

<sup>8</sup> *Diário de Lisboa*, n.º 8181, ano 25º, páginas centrais.



---

<sup>9</sup> O Chefe de Gabinete devia desconhecer que o nosso Embaixador no Rio de Janeiro, Martinho Nobre de Melo (desde 1 de janeiro de 1932), deixara o posto em 18 de setembro desse ano, seguindo o referido no ofício na bagagem do nosso Encarregado de Negócios, Carlos Pedro Pinto Ferreira, que assumiu nessa data e aí permaneceu até 1 de junho de 1946.

<sup>10</sup> AHM/FO/006/L/14 (755). No AHM existe ainda uma solicitação, vinte anos passados, do 2.º sargento Deodato Freire Mariz, para que lhe fosse remetida a dita *fourragère* (o autor prevê abordar esse assunto no *Tomada de Caiena*, Informativo digital da Delegação de Portugal da AHIMTB-RJ).

<sup>11</sup> Todas pelo Decreto de 3 de setembro de 1945 (*Diário do Governo*, n.º 208, 2ª Série, 1945).

<sup>12</sup> A Palma, nas condecorações portuguesas indica feitos em Campanha.

<sup>13</sup> Ver nota VIII e *Diário de Lisboa*, n.º 8181, ano 25º, páginas centrais.

<sup>14</sup> Foi mantido no cargo durante o episódico governo de José Linhares e nos primeiros oito meses e meio da gestão Eurico Dutra, até 14 de outubro de 1946.

<sup>15</sup> No decurso da qual perdeu seu irmão, o capitão Cícero Augusto de Góes Monteiro, do 9º Regimento de Infantaria.

---

<sup>16</sup> Pela rectificação da Ordem pela Declaração de 8 de setembro de 1945 (*Diário do Governo*, n.º 212, 2ª Série, 1945).

<sup>17</sup> AHM/FO/006/L/14 (755).

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> Todas pelo Decreto de 12 de outubro de 1945 (*Diário do Governo*, n.º 239, 2ª Série, 1945).

<sup>21</sup> Pela rectificação das concessões por Declaração de 13 de outubro de 1945 (*Diário do Governo*, n.º 243, 2ª Série, 1945).